

O desafio de proteger a orla

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Hotéis, clubes, centros culturais, espaços públicos de lazer, área de proteção permanente. O Lago Paranoá chega a parecer pequeno diante das muitas destinações que se quer dar para a

orla. Entre os interesses públicos e os privados, há uma infinidade de normas para edificações e leis ambientais que regem a ocupação do local. Equacionar tantas variáveis para uso do bem comum é o desafio do grupo de especialistas em patrimônio que a partir da próxima semana começa a debater o que

deve ser feito para conter os avanços sobre o espelho d'água. Desde o anúncio de que no Pólo 3 da orla, próximo à Vila Planalto, se ergueria o condomínio Ilhas do Lago — destinado, segundo os empreendedores, a serviços de apart-hotel —, o Conselho de Gestão da Área Preservada de Brasília (Conpresb)

preocupa-se em definir se o futuro do Paranoá é o mesmo que o urbanista Lucio Costa previu: um espaço de acesso democrático. A decisão de criar o grupo de trabalho é uma mudança na estratégia de defesa do lago, que até então tem ficado no âmbito do respeito às regras vigentes. O que os defensores do patrimô-

nio querem agora é saber se o

maior equívoco está no desrespeito à lei ou se a lei é que precisa ser modificada.

Com 12 pessoas, o grupo inclui a secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Diana Motta, o superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e

Natural (Iphan), Alfredo Gastal, e o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) no DF, Otto Ribas, todos conselheiros do Conpresb. “Vamos estudar a evolução da regulamentação de ocupação para saber o que deve ser repensado”, disse a secretária, ontem, ao Correio.